

**29ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social e
Auxílio Emergencial CTOS/CIF**

LOCAL: Golden Tulip Porto Vitória, Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 635, Vitória, CEP 29050-335.

Dias: 31 de outubro a 01 de novembro 2018

Horário de início e de término das sessões: 31/10: 10h00 – 13h00; 14h30 – 19h00
01/11: 09h00 – 13h00; 14h00 – 17h30

Participantes:

- Marco André Garbelotti – Coordenador (MDS)
Ana Weisz (Fundação Renova)
André Luis Machado (Fundação Renova)
Andrezza Vieira (SETADES)
Antônio Roberto (SLR-MG)
Camilla Nogueira (SETADES)
Carla Gomes (SEMAS)
Christian Souza (Fundação Renova)
Cynthia Hobbs (Fundação Renova)
Débora Lyrio de Melo (Secretariado-CT)
Diego Carvalho Pereira (Advogado)
Élcio José de Souza
Gabriela Felix (SETADES)
João Marcos Mariano (DPU)
José Osvaldo Albergaria de Carvalho (Escritório Federal da Pesca-PR)
Julia Tourinho (Fundação Renova)
Kelvia de Assunção Barros (Casa Civil)
Laurent Rivet Rassi (Fundação Renova)
Lucas de Matos (Fundação Renova)
Maria Albanita Roberta (Fundação Renova)
Maria Dória
Marta Maria Castro (SEDESE-MG)
Miguel Sabatini dos Santos (Advogado)
Mirna Lucia Correa (MAPA)
Nilcéia Maria Pizza (SETADES)
Paula Oliveira Lima (Casa Civil)
Ravenna Amorim (SEMAS)
Rita de Cássia Mendonça (Fundação Renova)
Rosane Santos (SETADES)
Sarah Oliveira Gomes (Prefeitura de Mariana)
Sergio (Fundação Renova)
Simone Pereira Braga (SETADES_Aracruz)
Thais Correa Damasceno (SEDPAC-MG)
Vanessa Santos Giraldeli (Prefeitura de Linhares)
Viviane Aguiar (Fundação Renova)

55 Após apresentação dos membros e convidados, o Sr. João Marcos deu inicio à reunião.
56
57 Houve grande problema com os camaroeiros e os pescadores solicitaram alguns minutos para fala a título de exposição, sendo o Sr. José Sabino representante dos atingidos. "Estamos caminhando para 3 anos e é importante alinhar o discurso e como podem ser definidos em conjunto para a resolução dos problemas". A pauta da tarde é para que a FR coloque o como os programas estão, como podemos auxiliar na condução dos mesmos e como podemos definir os rumos para o ano que vem. O cronograma será definido após a reunião do CIF de novembro.

62
63 **PROGRAMA DE CADASTRO**
64
65 A FR apresentou o relatório do Cadastro: conclusão de 9.337 cadastros na terceira campanha (solicitações de 01/04/2017 até 02/01/2018), elaboração de 2.854 laudos, elaboração de 14.613 portfólios (estes estão em numero superior que a Campanha 03 devido a uma demanda de 2017 que só foi realizada em 2018). Execução de 897 aplicações da Fase 1 em Mariana (data de corte: 22/10/2018). Execução de 371 vistorias (Fase 2) em Mariana (data de corte: 23/10/2018) com 150 laudos feitos, que representam uma avaliação financeira (NBR 14653) dos danos materiais e econômicos sofridos, e a metodologia é diferente porque permite realizar tantos cadastros quanto os membros de um mesmo núcleo familiar. A identificação de potenciais atingidos permanece aberta. Semanalmente acontecem as reuniões com Assessorias Técnicas e Comissão de Atingidos, e na próxima reunião a FR irá apresentar um cronograma com o encerramento desta fase do cadastro. O Programa de Cadastro não está parado.

75
76 A FR apresentou um resumo dos pontos que considerou necessário incluir no escopo do Programa, se manifestou e comentou cada um dos pontos apresentados, ressaltando Ações para 2019 (slide 12). Dentro do Cadastro é feita a reunião da documentação apresentada pela família e indivíduos, usados na ficha cadastral e nos laudos e o parecer de avaliação de impacto que vêm da auto declaração da família. Concluir todos os portfólios da campanha 3 e a melhora das tratativas da nova campanha para 2019. A Campanha 4 será chamada de Cadastro Integrado Fase 2. O orçamento já está alocado para o programa, que tem como objetivo suportar todo o trabalho para o próximo ano, com a proposta de aditivos. Ao todo até agora chegou-se a mais de 30 mil cadastros e 79% indicam ter tido algum tipo de dano no exercício da atividade pesqueira. Outro grupo muito relevante é dos que sofreram danos da atividade agropecuária.

85
86 A CT pede que o relatório contenha as principais unidades de referência: a pessoa, a família e os manifestantes, sendo que a propriedade é um dado secundário. É essencial explicar a queda de ritmo do cadastro e se no orçamento de 2019 já estava incorporado o aumento no número de manifestações. Estratificar pela Campanha, elegibilidade, não localizados, etc.

90
91 A FR anota as propostas para trazer no próximo RMM os números atualizados e a rastreabilidade. Quanto à Campanha 3, de 11.400 manifestantes, fatalmente se desdobrará em famílias com mais de um integrante, então estamos falando de pessoas. E mais, a partir do momento que o manifestante se torna elegível ao Cadastro, ele pode ter várias propriedades cadastradas. Por isso, às vezes, o número não bate, mas a FR se compromete a trazer o número na próxima reunião (05/11). É um processo complexo e trouxe algumas dificuldades, e que agora estão sendo aprimoradas para reorganizar os dados e contar a campanha pela manifestação que não foi cadastrada e não foram elegíveis. Mas é preciso abrir o Cadastro com essas informações bem detalhadas. Os números não são automáticos. Pessoas duplicadas são erros do processos, como quando são classificadas como manifestantes, cinco pessoas de uma mesma família podem solicitar, mas eles todos respondem pela mesma manifestação e só se descobre quando é feito o Cadastro.

101
102 A coordenação da CT pergunta se não teria um modelo ou critério para separar as pessoas, de acordo com os danos sofridos e territoriais, pois a realidade não facilita colocar em um slide toda essa diversidade, e cada um tem que ser tratado em sua individualidade. Estratificação dos indivíduos. Local de residência e exercício do trabalho está sendo perguntado. A CT reforça que não foram mostrados dados da Campanha 4, e questiona se esses manifestantes, quantidade que gira em torno de 20.000, serão contemplado de

107 alguma forma. Solicita saber se as pessoas estão ou não elegíveis. O trabalho em 2019 tem que ir além do
108 portfólio da Campanha 3. Precisa-se de fundamentação nas decisões e a compatibilização do cadastro tem
109 que fazer parte no horizonte de melhorias. Existe a necessidade de saber se os atingidos indiretos também
110 serão cadastrados. E, por último, pondera que o Programa de Cadastro deverá ser um dos últimos a ser
111 encerrado. Complementa ainda a questão referente à dificuldade de acesso dos atores envolvidos no
112 processo, inclusive da CTOS aos dados e informações para monitoramento dos programas e ações. Dados
113 são solicitados repetidamente, mas a FR não responde. Essa é uma situação que vem sendo tratada há
114 tempo na CTOS e a FR ainda não mudou sua postura quanto à disponibilização de dados e de relatórios
115 mais segregados e específicos.

116
117 A FR responde que fará um alinhamento dos documentos apresentados com as metas para 2019, que há a
118 expectativa de encerramento do programa e que vai se responsabilizar pelo Cadastro que era de
119 responsabilidade da Cáritas. No âmbito do TTAC somente os atingidos diretos podem ser resarcidos e, por
120 isso, ainda há a discussão sobre como fazer no caso dos atingidos que tiveram sua atividade econômica
121 indiretamente impactada.

122 **PROGRAMA PIM**

123
124 Apresentação do balanço das ações do programa PIM em relatório enviado por e-mail pela FR. O primeiro
125 assunto sobre o dano da Água já está na fase final e houve forte processo de judicialização porque as
126 pessoas desistiram de esperar. Julgamento da admissibilidade do IRDR (Incidente de Resolução de
127 Demandas Repetitivas), influenciando positivamente no aumento do número de conciliações/acordos
128 aceitos no PIM. Desmobilização de escritórios de indenização Dano Água e redistribuição de equipes
129 terceiras, reforçando a estrutura do PIM Dano Geral. Mutirão, no Fórum de Colatina/ES, por solicitação do
130 Juízo e mantenedoras para conciliação judicial em mais de 1,7 mil processos Novo termo de acordo facilitou
131 a indenização dos danos múltiplos. Liberação das indenizações de Mariana com a assinatura do 1º acordo
132 no município.

133
134 Desafios do Programa PIM: Volume e diversidade de pessoas e danos; a informalidade dificulta a solução
135 para essas pessoas; a forma como se indeniza não é unilateral e passa pela Governança; o aprendizado e
136 aprimoramento do processo. Qualquer ação feita representa um esforço grande e ajustes complexos, como
137 quando muda uma peça todas as outras precisam ser repensadas. A FR precisa do tempo necessário para
138 concluir os danos ambientais, sendo este um cenário importante para dar a dimensão do trabalho que está
139 sendo feito pela FR.

140
141 Pendências de Cadastros: as análises que precisam ser feitas no processo. A análise judicial de
142 mantenedoras. Fluxo mais simples, 26% já aguardando a política, principalmente no campo da pesca, e
pesca de subsistência.

143
144 Ações a realizar em 2018: Execução do piloto da metodologia de reconhecimento do Pescador Profissional
sem documento de ofício ("Pescador de Fato") na Foz (Regência e Povoação) e em Conselheiro Pena (MG).
145 Atuação conjunta com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR) na construção e implantação
146 da metodologia do "Pescador de Fato". Conclusão e aprovação das políticas de carroceiros, lavadeiras e
camaroeiros. Início do atendimento da Campanha 3. Planejamento/implementação do pagamento do lucro
147 cessante relativo a 2018.

148
149 Pagamento de Lucro Cessante: Del. nº 119 do CIF e Termo de Acordo PIM: "Os lucros cessantes serão
calculados mensalmente e pagos em parcelas anuais, sempre no prazo de 90 dias após o dia 05 de
novembro, até que as condições para exercício das atividades sejam restabelecidas ou sejam estabelecidas
150 condições para exercício de nova atividade produtiva em substituição da anterior, na forma do TTAC."
151 Aproximadamente 3,8 mil pagamentos previstos.

152
153 Planejamento de 2019: Término do piloto da metodologia de reconhecimento do Pescador Profissional sem
documento de ofício ("Pescador de Fato") para avaliação do Conselho Curador. Início do atendimento aos
Carroceiros, Lavadeiras, Camaroeiros, após conclusão e aprovação das políticas. Conclusão da revisão da

157 política de Pesca de Subsistência. Atendimento da Campanha 3. Planejamento/implementação do
158 pagamento do lucro cessante relativo a 2019.

159 Cartografia da Pesca: Campanhas 1 / 2 / 3, tem 21.477 (80%) dos pescadores declararam impacto na Pesca.
160 Destes, apenas 2.535 (12%) tem RGP (ou declararam ter). Pescador que não tem RGP já está incluído como
161 pescador de fato. 18.942 pescadores cadastrados declararam impactos na pesca sem RGP. Estima-se que
162 aproximadamente 3 mil são potenciais elegíveis ao “Pescador de Fato”. Quase 16 mil cadastros se
163 encontram na situação difusa. Difusa: relação do consumo, pesca apenas para consumo ou escambo onde
164 se consume uma parte e a outra é vendida. O desafio é como separar esses valores. A pesca de subsistência
165 não é regulamentada.

166
167 A CT ressalta a necessidade de relacionar este universo chamado de difuso e que necessita de resposta mais
168 precisa possível. Quanto ao Acordo de Mariana, há um incomodo grande porque tinha-se o
169 comprometimento com as populações e precisa acontecer de maneira rápida porque a população está
170 indignada. Percebe-se insensibilidade com relação às pessoas, preocupação com os valores que estão sendo
171 gastos e não em quem está recebendo.

172
173 Há que se rever as políticas de indenização das cadeias de pesca e pescador de fato. As dificuldades reais
174 têm de ficar claras nos documentos, principalmente com relação ao avanço do programa e o que ainda está
175 aguardando análise pelo Conselho Curador. A CT notou que houve uma desaceleração do processo, sendo
176 que é preciso ter no documento a questão de custos, auto declaração, para que se possa realizar os devidos
177 encaminhamentos. É preciso compartilhar os trabalhos para que a CT possa ser uma aliada.

178 179 **PROGRAMA DE AUXÍLIO FINANCEIRO EMERGENCIAL**

180
181 Desafios do programa AFE: Análise de perda de renda ligada à atividades socioeconômicas
182 preponderantemente informais, sem comprovação pelo atingido. Ausência de regulações que determinam
183 documentações necessárias para o exercício de algumas atividades impactadas (ex.: pesca de subsistência
184 e comércio/serviços informais); Falta de documentação de residência na época do rompimento
185 (atualmente temos 913 processos); Dificuldade de localização de atingidos que recebem AFE oriundos da
186 Fase Emergencial para realização do Cadastro Integrado. Considera a comprovação de residência como
187 processo de critério de elegibilidade.

188 Principais ações de 2018: Migração do pagamento dos Auxílios de cartão Alelo para depósito em conta
189 bancária. Até out/2018 foram migrados 9.027 titulares de um total de 9.192 previstos (98%). Apenas uma
190 recusa até o momento. As pendências são, em sua maioria, relacionadas à dificuldade/impossibilidade de
191 abertura de conta corrente em nome do atingido (ex.: não localizados, residem em outros estados/país
192 estando incomunicáveis, detentos, problemas judiciais que impossibilitam abertura de conta, etc). Incluídos
193 2.587 novos Auxílios até out/2018.

194 Ações a realizar em 2018: Início do atendimento da Campanha 3 (ex. Pescador Profissional com Doc. de
195 Ofício, Agropecuária, Comércio/Serviço, Areeiros, etc.). Término das análises de elegibilidade dos cadastros
196 das Campanhas 1 e 2 já indenizados pelo PIM. Previsão de inclusão de cerca de 1,5 mil Auxílios até dez/18
197 das Campanhas 1 e 2. Término da migração do pagamento de Auxílio por cartão para conta corrente
198 (restam 165 casos).

199 Principais ações para 2019: Continuidade das análises de elegibilidade e pagamento de Auxílios. Elaborar
200 Plano de Cancelamento para as concessões de AFE da base emergencial com inconsistências de
201 elegibilidade. Elaborar e validar o Plano de Saída do AFE a partir do restabelecimento das condições de
202 retomada das atividades econômicas/produtivas.

203
204 A CT sugere aproveitar tudo que está sendo reavaliado no PIM para refletir no Auxílio Financeiro. O que tem
205 no sistema é pagamento e não a questão da elegibilidade. Verificar internamente pela FR os fatores que
206 estão contribuindo para a demora no processo de concessão do auxílio. A FR responde que existem os

207 desafios da informalidade, de falta de documentação (identificação e comprovação) e da auto declaração,
208 e ambos os programas, PIM e Cadastro, estão lidando com os mesmos desafios e complexidades. Nem todo
209 universo do Cadastro está no auxílio financeiro.

210
211 A CT solicita mais alternativas pela FR para vencer esse passivo, bem como sua inserção no documento de
212 apresentação de forma transparente, além de explicitar como é realizada a tratativa ou o direcionamento
213 das ações baseadas no TTAC. A CT também relata a demora no atendimento e na solução de problemas
214 com relação as comprovações que precisam ser resolvidas e daquelas que precisam de soluções palpáveis
215 para que os critérios não sejam um impedimento novamente. Sugere-se a estratificação do cadastro como
216 uma polícia intermediária, que pudesse dar o aval para uma resposta positiva ou negativa, mas pelo menos
217 se dar uma resposta.

218
219 **PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL**
220

221 Principais ações em 2018: Elaboração e discussão dos Planos de Reparação em Proteção Social com os
222 municípios e Secretarias Estaduais - 39 Planos Municipais elaborados e 02 Planos Estaduais apresentados
223 para Fundação (municípios que ainda não tiveram planos elaborados, pela ausência de cadastro de famílias,
224 em MG: Raul Soares, Iapu, Córrego Novo e Marliéria; no ES: Conceição da Barra e Fundão). Visita aos
225 municípios impactados para proposição dos Planos de Reparação em Proteção Social – 38 municípios
226 visitados. Oficinas de discussões sobre os Planos de Reparação em Proteção Social, com os municípios e
227 Secretaria Estadual. Oficinas de Educação Financeira para os municípios do Espírito Santo - 06 oficinas
228 realizadas no município de Baixo Guandu/ES. Participação efetiva do Programa no atendimento às famílias
229 impactadas no alagamento da lagoa Juparanã e Rio Pequeno e na Elaboração do Plano de
230 contingenciamento para as famílias impactadas. Reuniões com as equipes das unidades dos CRAS de
231 Mariana para acompanhamento às famílias com deslocamento físico. Reuniões de alinhamento com a
232 SEDESC para realização de atividade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Busca
233 ativa da localidade (aluguel) para a ampliação do atendimento do CREAS (Mariana). Continuidade do
234 processo para a execução do Plano de Reparação em Proteção Social para o município de Mariana.
235 Acompanhamento da remoção das famílias impactadas pelas cheias do Rio Pequeno e Lagoa Juparanã.
236 Acompanhamento das famílias impactadas pelas cheias do Rio Pequeno e Lagoa Juparanã, no pagamento
237 de Compensação Financeira.

238 Ações a realizar em 2018: Continuidade das oficinas de Educação Financeira no Estado de Espírito Santo.
239 Continuidade das oficinas de Capacitação para Operadores de Proteção Social. Continuidade das ações já
240 iniciadas na execução das ações dos Planos Municipais de Reparação em Proteção Social (embora o escopo
241 do programa de Proteção Social esteja em processo de revisão, conforme deliberação nº 192 de
242 31/08/2018 do CIF, foram iniciadas as ações nos municípios para atendimento as famílias vulneráveis
243 impactadas). Continuidade no atendimento às famílias desalojadas no impacto do alagamento da lagoa
244 Juparanã e rio Pequeno. Entrega de insumos necessários para as atividades do Serviço de Convivência e
245 Fortalecimento de Vínculos (SCFV), no município de Mariana.

246 Principais ações para 2019: Monitoramento e execução das ações dos planos municipais de reparação em
247 Proteção Social. Consolidação dos dados de atendimento das famílias vulneráveis impactados nas ações
248 dos Planos municipais. Monitoramento e execução das ações dos planos estaduais de reparação em
249 Proteção Social. Realização das capacitação dos Operadores de Proteção Social. Continuação na execução
250 das Oficinas de Educação Financeira, Monitoramento e atendimento das famílias desalojadas no impacto
251 das cheias da lagoa Juparanã e rio Pequeno. Acompanhamento do atendimento às famílias vulneráveis
252 pelos Programas da Fundação Renova, que fazem interface no Programa de Proteção Social, nos processos
253 de reparação.

254
255 A FR completa que o Planejamento de 2018 vem sendo cumprido, reforçando o desafio de lidar com os
256 territórios impactados com famílias muito vulneráveis, percebendo-se o vazio nas políticas públicas.

257 Necessidade de identificar e priorizar as ações para as famílias na perspectiva da Proteção Social. Explicitar
258 melhor o papel da CT e da Fundação e que o trabalho tem que estar atrelado à equipe de Diálogo Social.
259 Discussão mais profunda com os governos para alinhar os planos estaduais com os municipais, mas para os
260 estados utiliza-se metodologias diferentes. A questão do barramento foi feito um atendimento
261 intensificado com as famílias.

262
263 A capacitação dos operadores especificamente focado nas equipes CRAS e CREAS, as oficinas feitas pelo
264 SESI com a comunidade e em MG será feito pela Fundação (Associação) Brasileira de Programa. A CT solicita
265 agilidade na contratação das equipes que já tinham que estar em campo para realizar as capacitações,
266 melhorar a qualidades das informações na apresentação, registrar o detalhamento de alguns itens, bem
267 como o registro das datas. Deixar claro onde se situa o plano de contingenciamento e se a situação de
268 Linhares e Soretama está dentro do escopo do programa. A FR responde que não está dentro do escopo do
269 programa, mas está dentro do Plano de Contingência Municipal.

270
271 **PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA O PERÍODO CHUVOSO**
272

273 O Plano de Contingência foi apresentado em outro fórum com detalhes e aqui na CTOS seria uma fala
274 bastante breve. A Srª Priscila, da FR, informou que nesta data, 01/11/2018, às 10h, foi realizada uma reunião para
275 tratar especificamente dessa pauta. Reunir-se-ão novamente nos dias 12 e 13 de novembro, com a Setades,
276 Municípios de Linhares e Sooretama e demais atores envolvidos dos diversos setores, para alinhamento final da
277 proposta, para posterior validação pelo Sistema CIF.

278
279 **PROJETO ENFRENTAMENTO DA POBREZA**
280

281 O projeto foi apresentado pela Sra Camila do SETADES. A construção do projeto partiu principalmente de
282 um estudo das condições socioeconômicas dos territórios atingidos. Alguns efeitos já mapeados foram o
283 aumento da vulnerabilidade nestes territórios, redução do nível de atividade econômica, perda de
284 identidade, o que se destaca a menor disponibilidade de recurso e dificuldade de acesso ao trabalho. Está
285 sendo feita a interface com os programas que estão no TTAC no sentido de amenizar as vulnerabilidades
286 aproveitando as sinergias entre os programas. As áreas de foco são socioeconômico e ambiental. Houve a
287 identificação e delimitação do perfil do público alvo para apoiar a criação da infraestrutura que foi perdida
288 e, alocar de forma eficiente, esforços e recursos e investimentos físicos. A retomada também das atividades
289 agrícolas que é base da economia nestas regiões. Projetos de infraestrutura com ações voltadas a dar
290 suporte básico às comunidades. Apoio para a qualificação do exercício da atividade e acesso ao
291 conhecimento. Suporte para acesso da população ao mercado de trabalho e geração de renda. A medida
292 serve como catalizador dos programas criando condições para que as pessoas possam ter melhores
293 condições de vida.

294
295 A CT elogia o trabalho e reitera a importância da SETADES/ES e que os estados devem contribuir propondo
296 a forma como as ações podem ser feitas. O laudo é importante para definir a qualidade do solo no sentido
297 de se desenvolver a agricultura novamente. Falta um reforço de ações para apoiar o pequeno agricultor
298 que tem uma condição de vulnerabilidade maior. Ficou acordado trazer este público para a política de
299 Proteção Social. Os membros da CT reforçam a importância do apoio ao pequeno produtor e a questão da
300 terra. A FR responde que já tem as propostas para ajudar o produtor a ter acesso ao micro crédito, no
301 escoamento de sua produção e outra parte seria a utilização de um banco de sementes. A diretora da FR
302 parabeniza o trabalho de qualidade apresentado, e a questão tratada no nível do indivíduo vai de encontro
303 à retomada econômica, e há necessidade de caminhar neste mesmo molde para atingir o mesmo ponto:
304 resarcimento do atingido, programa que está dentro do AFE e mais atrelado aos vulneráveis para a
305 retomada da condição econômica do individual.

panela pluma / / opção
Reitor
panela pluma / / opção
marcelo

307 A CT reitera que é importante trazer as pessoas envolvidas nos programas bem como seus líderes, para que
308 possam participar mais ativamente das reuniões da CTOS com o objetivo de alinhar todas as ideias. É o
309 olhar do projeto de enfrentamento da pobreza pelo olhar da CT de maneira específica e integrada. E volta
310 para a aprovação do projeto e, se for um tema pacífico, poderá ser feita a Nota Técnica. A FR relata que este
311 projeto está sendo discutido internamente com as secretarias do estado, buscando-se a convergência das
312 ações e o que pode ser trabalhado dentro dos projetos já existentes na Fundação. Há um esforço para que
313 as ações tenham como foco o público vulnerável dentro da proteção social. Os programas foram entregues
314 para os estados para que se faça a convergência. A CT pede um relato das respostas das conversas e o que
315 está sendo alinhado com os estados até o dia 19/11. Se as divergências forem as mesmas da NT que foi
316 feita para o estado de Minas Gerais, a CT afirma que pode liberar a NT para o Espírito Santo, para que alinhe
317 com a FR. Assim, conclui-se o documento final para dar continuidade ao programa e enviá-lo ao CIF o
318 quanto antes. A FR só pontua que pode levar mais tempo do que se tem de expectativa pela CT em se
319 tratando de um assunto tão importante. O Plano então foi aprovado por unanimidade pela CTOS.

320
321 Fala de representante dos artesãos do ES: cancelado
322

323 Apresentação e discussão da Nota Técnica referente à situação dos Artesãos do ES, com minuta de
324 deliberação ao CIF: Foi pontuado pela CT os problemas no cadastramento das pessoas que tem o artesanato
325 como atividade econômica. Que a FR reconheça a atividade como impactada. A NT será encaminhada ao
326 CIF com a recomendação para que os artesãos sejam reconhecidos como público atingido, e que, a
327 atividade artesanal, seja critério de inclusão para o Programa de Cadastro. Os documentos apresentados
328 serão anexados à NT que será enviada. A CT questiona se essa categoria está presente nos documentos da
329 FR. Houve já um reconhecimento da comunidade artesã, por meio de uma deliberação e não foi feito
330 nenhum estudo técnico ou oficina que mostra que o grupo está sendo atendido. Isso não é mostrado nos
331 gráficos e relatórios que a FR apresenta. Foi relatado que, em uma rodada de reunião com as atingidas, há
332 uma exclusão clara da atividade do artesão gerando o preconceito com relação ao gênero, pois a maioria
333 está na situação de múltiplo impacto e o artesanato foi totalmente excluído dentro do Cadastro, podendo
334 ter sido colocado como atividade econômica secundária.

335
336 A FR se posiciona dizendo que há mais de uma centena de pessoas cadastradas como artesãos e algumas
337 já estão recebendo pelo PIM. Explica que pode estar acontecendo de a pessoa não se reconhecer, visto
338 que, pela natureza dos danos relatados, muitos destes atingidos podem não ter sentido num primeiro
339 momento o impacto na sua atividade. Pode ser um problema de temporalidade, um impacto não percebido
340 ou declarado. Foi realizada uma busca nos canais e não se registrou nenhum pedido de cadastro, ou
341 manifestação, por meio dos canais conhecidos. A FR foi aos locais para informar as artesãs que se
342 manifestassem. A CT pede que os dados sejam estratificados e presentes no relatório, e que não pode haver
343 barreiras de entrada no processo do Cadastro. Cabe ao programa analisar e dar devolutiva de cada caso.
344

345 Houve, por parte da CT, um alerta para a FR: que afirmou que precisa haver visibilidade aos números, e até
346 agora a CT não teve acesso a nenhum número de atingidos e sua devida classificação. Os estados de Minas
347 e Espírito Santo e as superintendências já pedem os números totais desde de junho de 2018, e sua
348 classificação por atividade econômica, mas nada foi enviado pela FR até agora. A CT precisa, com urgência,
349 dos números do relatório de decisão para apresentar os números ao novo Governo. Informações também
350 para a construção das NTs com relação aos números dos artesãos. Já foi pedido à FR várias vezes e não
351 estão sendo disponibilizados. Já houve uma evolução no relatório de monitoramento mensal (RMM), mas
352 quem faz política pública tem que ter dados o tempo todo em mãos. A realidade muda constantemente e
353 há ciência disso, mas a CT precisa das estratificações para conseguir configurar as propostas multifacetadas
354 de ações. É o principal instrumento de monitoramento que não pode se perdido. Não dá para responder só
355 quando a CTOS pede, mas os órgãos públicos podem solicitar os dados a qualquer momento. Isso é uma
356 reclamação de outras CTs também, como a FR consegue executar os programas sem os números.

357
358 A FR reitera que foi agendada uma reunião com o Conselho Curador para que o alinhamento interno seja
359 feito primeiro e sugere aguardar o workshop para que venha uma decisão mais sólida. A CT retifica que há
360 desinteresse em cumprir prazo, já que foi proposto o mesmo na última reunião, e que os dados brutos
361 ainda não se têm acesso pelo site, além da incerteza de que as informações irão chegar da maneira como
362 a CTOS precisa. Normalmente a FR apenas funciona sob a pressão de deliberações do CIF. A CTOS precisa
363 enviar a NT para o CIF de novembro, via e-mail, até dia 08/11. Além disso, é importante que, quando o
364 assunto já foi indicado e está na pauta enviada, os dados já sejam levados para reunião pela FR para
365 discussão. Uma outra sugestão dada é que, ao término de cada reunião, os pontos que ficarão para a
366 próxima pauta sejam repassados.

367
368 **PRODUTORES RURAIS**

369
370 Espaço para a fala do advogado do Sindicato dos Produtores Rurais do ESDR. Os produtores rurais recebem
371 aviso de que seus nomes constam no SERASA e que não conseguem plantar a mesma cultura porque a lama
372 inundou 100 % da sua produção, sendo que sua terra está improdutiva. Aconteceu suicídio, pois essas
373 pessoas têm seu psicológico destruído e a FR poderá até reparar o dano material mas, no psicológico não.
374 O desastre foi muito grande, e não temos relato de nenhum produtor rural reparado pelos seus danos. Não
375 tem nenhum indenizado pelo desastre. No intuito de entenderem a necessidade desses atingidos solicita
376 que o tema seja levado ao Conselho Curador, bem como que seja entendido que a FR também existe para
377 justificar os prejuízos: com números, pontos de críticas e reuniões com os atingidos de Linhares e outros
378 para iniciar os trabalhos de reparação. Todos os produtores afetados estão voltando para casa pensando
379 em como irão ficar nos próximos 5 anos necessários para atingir a totalidade de sua produção. A cultura do
380 cacau de Linhares foi também muito impactada e era produzida à margem do Rio Doce, mas perdeu-se a
381 confiabilidade na qualidade do produto, o que leva à diminuição da venda e o período de chuvas impede a
382 produtividade. Danos indiretos ao produtor e à população que perdeu o apoio governamental, pessoas que
383 correm o risco de perder as propriedades, pois foram dadas como garantia. No CIF foi determinado um
384 prazo para a indenização dos produtores, e a sociedade está agonizando, além do fato de os produtores já
385 cadastrados não serem indenizados. Alguns não acreditam mais na FR, nem no cadastro integrado que foi
386 feito para esses produtores. Solicita aprovar a minuta da NT com prazo para serem indenizados.

387
388 Em uma das questões iniciais, o governo do ES solicitava que a FR descesse o rio e reconhecesse as
389 singularidades de cada território e os impactos nos pescadores em todas as suas tipologias.
390 Reconhecimento dos impactos do desastre no território capixaba. Houve a necessidade de estender os
391 programas e a FR identificou que apenas uma localidade seria disponibilizada para a agropecuária mas, pelo
392 TTAC, deveria ser por toda a calha do Rio Doce. Um dos questionamentos é a matriz de danos, que ninguém
393 conhece os atingidos agricultores que foram já cadastrados ou indenizados. Solicitação dos agricultores na
394 porção de Linhares, onde o que está sendo depositado no solo tem o maior impacto. Precisamos que o
395 Governo do ES reconheça a necessidade de a FR aumentar as suas equipes e inicie o cadastramento destes
396 agricultores, de forma diferenciada e, com um conjunto de critérios para priorização no atendimento, ao
397 invés de trabalharmos em forma de campanha. Precisa-se de dar prazo que que os produtores sejam
398 idenizados.

399
400 A FR respondeu que já tem a matriz de danos com estes elementos elencados para encaminhar as
401 indenizações. A deliberação 58 foi para reforçar que o ES estava sendo menos atendido. Não precisa de
402 deliberação do CIF para serem indenizados. A rigor, a indenização já poderá ser solicitada, do ponto de vista
403 do CIF ou do Conselho, e as regras já estão postas, inclusive os termos de acordo.

404
405 A CT pergunta se a cláusula 38 será descumprida ou não, e o que depende da CTOS e o que não depende
406 para avançarmos no andamento. Alguns já foram cadastrados em Linhares, outros nem tiveram resposta

opraal
Luis
Hart
J. S.
pauca
S. J.
mario
Silvino

407 com uma proposta. A maioria está como manifestação e ainda tem manifestações de 2016, e não foram
408 feitos nem o cadastro, ou seja, nenhum produtor conhece algum que foi indenizado. A SETADES solicita a
409 relação de todos produtores atingidos e qual a situação de cada um deles: cadastrados e os que só tem
410 manifestação. A CT reitera que a Nota Técnica dos Agricultores Rurais será apresentada no CIF, porém, há
411 a necessidade de algumas adequações, e as deliberações referentes a esse segmento serão incluída nas
412 Notas Técnicas Gerais de Cadastro, PIM e AFE (micro e pequenos produtores).

413
414 A FR, pelo programa PIM, responde que o foco é o micro negócio e que já está havendo um Grupo de
415 Trabalho com outros programas técnicos para fazer o mapeamento destes produtores e os recursos
416 necessários para a reparação. A priorização foi feita nessas áreas para estruturar o plano, e todos serão
417 mapeados para o resarcimento. Na área da calha e da foz, será feita a avaliação do impacto e valorização
418 da indenização, sendo que, quanto à agropecuária, no total já são aproximadamente 800 indenizações.
419

420 A fala da representante das mulheres pescadores questiona o porquê dos pescadores ficaram de fora das
421 indenizações. A maioria não sabe o que significa PIM (Programa da Indenização Mediada) ou o que significa
422 Governança, pois se trata de gente muito simples. Segundo elas, a "FR está discriminando as mulheres
423 pescadores e marisqueiras, e estamos aqui para reivindicar o nosso direito. Estou falando por todos, muitos
424 viram o que aconteceu com o artesanato e estamos falando por todas as mulheres como atingidas. Estive
425 no CIF e protocolamos um documento com nomes de pessoas da Campanha 2 e tenho 4 formulários. Dia
426 18/05 levei meus documentos e não tive resposta até hoje da FR. Várias reuniões e nós cumprimos o que
427 foi solicitado apresentar e a FR não respondeu. Sabemos que estão sendo feitos estudos do Rio Doce e do
428 mar e os outros afluentes? Alguns até receberam o cartão do auxílio financeiro, mas a maioria de nós é
429 invisível ou não existimos para a FR. Estou como atingida reclamando pelo meu direito. Olhem com amor
430 por nós, porque está tendo intriga por pessoas que estão recebendo sem precisar. Todos temos uma
431 atividade e estamos lutando para ser reconhecidos como atingidos, porque não é fácil estar aqui na
432 presença de vocês. Esperança de sair o dinheiro do auxílio para ter o que colocar na mesa. Temos
433 identidade, a de ser mulher, negra, humilde, pescadora, marisqueira. Água e energia não é mercadoria."

434
435 O presidente do Sindicado dos Pescadores tem a fala e diz que os pescadores são reconhecidos pelo local
436 de trabalho. Até o mês de setembro estava tudo encaminhado. Segundo ele, "a realidade é que, entra
437 dezembro e não houve nenhuma resposta. O que será desta comunidade daqui da frente já que o
438 cronograma de trabalho do qual a FR falou ainda não saiu. Estão sem saber o que fazer e até áreas de 20 m
439 é dito que não se pode pescar. Houve migração para outros estados. Precisa-se levar uma solução para os
440 pescadores de Vitoria que estão parados há 3 anos. É uma situação humilhante estar aqui diante de todos
441 os presentes: vivemos da pesca e, para participar deste grupo de trabalho sem ter nenhuma solução, o
442 trabalho está ficando para trás."

443
444 A Defensoria Pública lembra que durante as reuniões do GT (Grupo de Trabalho) da Pesca, já estava
445 discutindo o que seria um projeto piloto, onde seriam colocados todos os esforços, um cronograma enxuto,
446 e prioridade para as reuniões de precificação. Tudo que foi comprometido a fazer foi feito. Mas tem um
447 mês que está parado, o sindicato comprometeu com a lista, mas o retorno e o compromisso com a FR não
448 é o mesmo, nem com o cronograma. Em nome da Defensoria Pública, até o final do dia, será recomendado
449 o cancelamento do GT para soluções em outros âmbitos, caso não tenhamos nenhum tipo de resposta pela
450 FR. No caso dos grandes produtores, a orientação dada pela DPU é negociarem indenização direto com a
451 FR, considerando que o TTAC não os insere. Se entenderem que a Matriz de Danos não os atende, deverão
452 entrar na justiça ou aguardar o estudo que está sendo feito pela FR. Seria importante a matriz de danos ser
453 discutida no âmbito da CTOS.

454
455 A Carta do Tiago foi lida na CT, ressaltando as soluções concretas que precisam ser dadas, independente de
456 questões políticas e do grupo de trabalho porque as pessoas estão passando necessidades. Outra fala foi a

457 de que alguns recebem outros não e, onde a polícia entra, você é obrigado a dar o voto, caso contrário,
458 você não recebe.

459
460 O gerente de território da FR responde que a construção do GT Pesca foi acompanhado por ele e houve
461 uma movimentação legítima no começo, com avanços em uma assembléia feita em Linhares. Ressalta-se
462 que a FR precisa mesmo evoluir nas tratativas e ações bem como nas validações internas.

463
464 Fato que está bastante atrasado ocorre com relação aos valores que precisam ser avaliados, o que já
465 poderia ter sido feito há 3 meses. O território norte do estado do ES está reconhecido desde o mês passado
466 e as falas são as mesmas, de que as comunidades e regiões não vão receber enquanto o estudo da FR
467 demonsntrasse o nexo causal. Assim, a FR tem a obrigação de responder, porque agora, não vão receber só
468 por conta do nexo causal. A CT pede um posicionamento da FR quanto às análises das condições atuais dos
469 programas e como estão e serão conduzidos.

470
471 A FR reitera o compromisso de, no dia 21/11 em São Mateus, realizar a Assembléia e explicar para todos
472 de forma bem simples os processos do Cadastro e as respostas às solicitações.

473
474 Pescador de Fato pela FR: Conclusão dos planos de trabalho e parametrização dos dados. Consultoria KIN,
475 com o objetivo de dar o caminho para a decisão com base no que foi construído. A autonarrativa tem que
476 ser algo simples. O trabalho ficará pronto hoje e será encaminhado à CTOS. O universo dos pescadores com
477 RGP vai para 20 mil nas Campanhas 1 e 2. Ademais, será feita uma cartografia da pesca em que a
478 comunidade irá contribuir para dizer como essa cadeia funciona, e também os processos de pesca. Primeiro
479 retrato de um potencial instrumento de identificação da pesca de subsistência. Escopo do termo de
480 cooperação.

481
482 A Defensoria Pública sugere envolver as assessorias técnicas neste processo, utilizar o cadastro levantado
483 na comunidade, verificar o que está faltando e só complementar para não envolver de novo as pessoas
484 neste desgaste. Reforça que a presença da consultoria não elimina a presença da assessoria técnica. A
485 consultoria MARAMAR tem conhecimento para lidar com esses processos e são contratadas para apoiar no
486 lado técnico. A FR responde que o processo foi iniciado porque o Cadastro não foi exaustivo neste ponto
487 de conseguir identificar os critérios corretos. Serão 30 dias para fechar a cartografia, sendo a expectativa
488 no dia 18/12, quando o último pescador será indenizado. O Projeto piloto do Pescador de Fato foi aprovado,
489 mas algumas alterações foram feitas e há informações novas que não foram repassadas à CTOS antes.
490 Anteriormente foi feito o piloto para toda a calha e o Conselho Curador irá aprovar novamente.

491
492 A FR retifica que o objetivo é dar segurança quando os assuntos são levados ao Conselho Curador e, se for
493 apresentado para a foz, sabemos que será ampliado para todo o território e municípios. Como é algo novo,
494 o Conselho precisa e quer acompanhar o processo de perto. Este pode ser o caminho para a criação das
495 novas políticas. A CT alerta para não comprometer a indenização dos outros grupos que não estão dentro
496 do universo dos pescadores de fato. E reitera que a falta de cumprimento dos prazos pela FR deu à CT
497 apóte para deixar de confiar nos trabalhos apresentados.

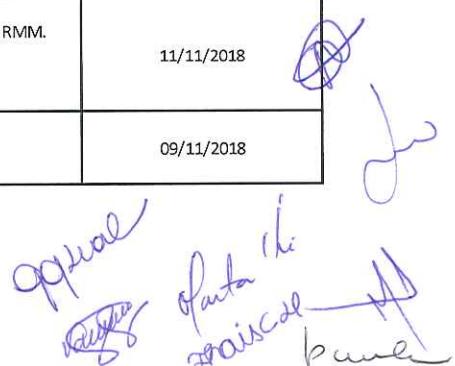
498
499 A FR diz que o diagnóstico feito pelo Instituto Áquila irá ajudar a melhorar o processo, SLAs, e prazos, bem
500 como reduzir falhas. Há um comprometimento de que, na próxima etapa, o processo do ponto de vista
501 operacional seja melhorado e alinhado entre as partes e estará descrito no documento da transição.

502
503 Encerramento da reunião.

504
505 **ENCAMINHAMENTOS**

*Carla
Dra. Djalma
Paulo Roberto
Tânia CZ*

ASSUNTO	EMCAMINHAMENTO	PRAZO
CADASTRO (Fundação Renova) <i>Referente à revisão do balanço 2018 e plano 2019.</i>	Balanço anual com informações mais estratificadas sobre o programa de Cadastro contendo: 1. Foco na pessoa e na família, propriedade, número de manifestações e pessoas cadastradas e unidade de referência: pessoas. 2. Do primeiro ano até hoje, incluindo a Campanha 4 (hoje fase 2). 3. Qual o tratamento para as manifestações frustradas.	09/11/2018
PIM (Fundação Renova) <i>Referente à revisão do balanço 2018 e plano 2019.</i>	Relatório de quantas pessoas estão elegíveis ao PIM e ainda não foram indenizados no total até hoje. Também incluir os passivos que ainda tem para serem resolvidos.	09/11/2018
PROTEÇÃO SOCIAL (Fundação Renova) <i>Referente à revisão do balanço 2018 e plano 2019.</i>	Detalhamento dos gastos em 2018 do Programa de Proteção Social. Monitoramento dos planos de ação: como serão realizadas as ações dos planos de ação propostos.	09/11/2018
TODOS OS PROGRAMAS (Fundação Renova) <i>Referente à revisão do balanço 2018 e plano 2019.</i>	A FR ficou de apresentar dados segregados referentes a todos os programas, com foco nos territórios e pessoas: Dados por estados, municípios, territórios, gênero, atividade produtiva impactada, nº de titulares, dentre outros que irão contribuir para o monitoramento das ações pela CTOS.	09/11/2018
ARTESANATO (CT-OS)	Referente ao Artesanato: Enviar NT ao CIF de Novembro com respectiva Minuta de Deliberação	09/11/2018
PLANO DE CONTINGENCIA (Fundação Renova)	Devolutiva da NT que foi enviada e relatório contendo uma resposta parcial sobre o Plano de Contingencia até o dia 15/11, e depois do workshop a FR deverá enviar outro com dados mais completos.	15/11/2018
CADASTRO E PIM (Fundação Renova)	A CTOS solicita a FR os números solicitados pela Sra. Mirna em vários e-mail já enviados anteriormente sobre a relação oficial dos produtores rurais já cadastrados no PIM, e foi garantida a entrega pela Sra Cintia, diretora na FR. Números de atingidos e sua devida classificação e sua classificação por atividade econômica.	09/11/2018. Na verdade, o prazo acordado foi até o final de novembro, com possibilidade de antecipação pela Renova.
ARTESANATO (Fundação Renova)	Dados dos atingidos classificados pela atividade econômica do artesanato desde o começo do Cadastro até hoje. Estratificação dos dados precisam constar no RMM e a devolutiva da FR quando foi ao local.	09/11/2018 (Já entregue)
PESCADOR DE FATO (Fundação Renova)	Enviar o documento descritivo do projeto piloto Pescador de Fato com as alterações propostas, o que já foi alinhado internamente pela FR, a delimitação do universo de atingidos, o papel e responsabilidade dos institutos e consultorias envolvidos no projeto e como essas irão fazer o alinhamento com as assessorias técnicas.	06/12/2018
CADASTRO (Fundação Renova)	O Lucas, FR, irá enviar as respostas aos questionamentos feitos ao programa de Cadastro. Apresentar um Cronograma da revisão do cadastro e do atendimento das manifestações da Fase 2 (antiga Campanha 4)	06/12/2018
PRODUTORES RURAIS (Fundação Renova)	Sindicato dos Produtores Rurais de Linhares representando os demais municípios impactados do ES, foram dados os seguintes encaminhamentos na CTOS: - Inserir nas NT (PIM, AFE e Cadastro) demanda represada desse segmento na sua totalidade, destacando a de Linhares; - Inserir na NT todos os problemas relacionados ao setor da agropecuária que ainda não tem manifestação da FR.	05/12/2018
PRODUTORES RURAIS (SRL)	No encaminhamento referente aos produtores Rurais faltou: SRL enviará listagem de associados a FR que irá responder quem da lista já está cadastrado e demais status (em que fase do atendimento se encontra)	20/11/2018
PLANO DE CONTINGENCIA (Fundação Renova)	Relatório específico sobre o Plano de Contingência com as informações presentes no RMM. Resposta das ponderações que foram feitas. Prazo: 11/11.	11/11/2018
CT-OS / NOTA TÉCNICA	Construção das Notas Técnicas dos Programas para serem encaminhadas ao CIF.	09/11/2018


 apesar
 Ruy
 planta
 para fiscal
 para
 J
 11
 2018

